



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Reunião de Análise da Estratégia do TRT5 e outros assuntos pertinentes, com a participação das Juízas Auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional e dos líderes das áreas judiciárias do TRT5, para apresentação das propostas efetuadas na consulta pública para análise dos percentuais dos indicadores e metas a serem definidas para 2023.

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Vídeo chamada pelo Google Meet	05/08/2021	Das 9h05 às 9h33

• Participantes	
Juíza Angélica de Mello Ferreira	Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional
Juíza Carla Fernandes da Cunha	Juíza Auxiliar da Presidência, Supervisora do Cejusc 1 e Coordenadora da Execução e Expropriação
Juíza Karina Freire Araújo de Carvalho	Juíza Titular da Vara de Trabalho de Guanambi
Márcio Fernando Ribeiro da Silva	Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
Adriana Braga Falcão	12ª Vara do Trabalho de Salvador
Adriana Neves Dias dos Santos	Vara do Trabalho de Jequié
Aldo César Quaresma	19ª Vara do Trabalho de Salvador
Alessandre Vicente Borges	36ª Vara do Trabalho de Salvador
Aline Cruz de Souza	3ª Vara do Trabalho de Ilhéus
Amauri da Costa Bastos	1ª Vara do Trabalho de Salvador
Antônio José Souza Góes	1ª Vara do Trabalho de Simões Filho
Barbara Bruna Sampaio Dantas	1a Vara do Trabalho de Feira de Santana
Carlos Augusto Raposo de Oliveira	Vara do Trabalho de Barreiras
Caroline Guimarães Cidade Teixeira	11ª Vara do Trabalho de Salvador
Claudio Virgil de Senna	36ª Vara do Trabalho de Salvador
Danielle Gonçalves	Vara do Trabalho Valença
Denilson de Carvalho Mendes	16ª Vara do Trabalho de Salvador
Eliete Souza Cardoso Ferreira	1ª Vara do Trabalho de Ilhéus
Edilberto Silva Ramos	32ª Vara do Trabalho de Salvador
Filipe Ortiz de Moraes	35ª Vara do Trabalho de Salvador
Francisco de Assis Ramos de Almeida	1a Vara do Trabalho de Candeias
Hildo Souza	Vara do Trabalho de Santo Amaro
Ícaro Wanderley Souza	2ª Vara do Trabalho de Camaçari
Isis Clarissa Araújo Silva	Vara do Trabalho de Eunápolis
José Jessé Nascimento Borges	Vara do Trabalho de Jacobina
João Maurício Mariani Wanderley Primo	37ª Vara do Trabalho de Salvador



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Karla Ventin Ferreira	2ª Vara de Alagoinhas
Karoline Sousa Ribeiro	1ª Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas
Katia Seleneh Souza de Araújo	Vara do Trabalho de Conceição do Coité
Lara Brito Carvalho	10ª Vara do Trabalho de Salvador
Leandro Carlos Souza da Silva	Vara do Trabalho de Euclides da Cunha
Manoel Evangelista Neto	34ª Vara do Trabalho de Salvador
Marcelo Pacheco de Cerqueira	23ª Vara do Trabalho de Salvador
Marco Antonio Damacena Barbedo	39ª Vara do Trabalho de Salvador
Marcondes Pereira da Silva	1ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista
Maria Tereza Mesquita Almeida	15ª Vara do Trabalho de Salvador
Mariney Matos	1ª Vara do Trabalho de Itabuna
Mateus Maia de Melo	3ª Vara do Trabalho de Camaçari
Mauro Leite Oliveira	38ª Vara do Trabalho de Salvador
Nelio Alves Rosa Filho	3ª Vara de Feira de Santana
Nelma Silva Calixto Dourado	13ª Vara do Trabalho de Salvador
Pablo Regis de Chamusca	Vara do Trabalho de Guanambi
Rafael Barata Silva	Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim
Rafael Santana Lopes	7ª Vara do Trabalho de Salvador
Roberto Macedo Pedreira de Cerqueira	26ª Vara do Trabalho de Salvador
Romualdo Rios	20ª Vara do Trabalho de Salvador
Rosana Conceição Fernandes Guimarães	1ª Vara de Alagoinhas
Simone Conceição de Figueiredo A. Souza	11ª Vara do Trabalho de Salvador
Simone Silva de Andrade	24ª Vara do Trabalho de Salvador
Simone Silva de Figueiredo Campos	Vara do Trabalho de Itaberaba
Silvia Maria Menezes Sousa	2ª Vara do Trabalho de Candeias
Silvio Jose Barauna de Freitas	VARA DO TRABALHO Cruz das Almas
Tânia Marcia Monteiro Baptista	39ª Vara do Trabalho de Salvador
Tathiana da Conceição Simões	25ª Vara do Trabalho de Salvador
Valeria de Almeida Mendes	4ª Vara do Trabalho de Itabuna
Wellington Oliveira de Almeida	4ª Vara de Feira de Santana
Yuri José Rocha de Almeida	Vara do Trabalho de Paulo Afonso

• **Temas a serem tratados**

- Apresentação dos Macrodesafios e Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico 2021 a 2026;
- Apresentação das propostas de Metas para 2023, efetuada na consulta pública e discutidas no âmbito do Subcomitê de Médio Porte;

• **Itens para análise e deliberação**



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

Dando início à reunião, Dra. Angélica leu mensagem de Dra. Luíza Lomba explicando o motivo da ausência e parabenizando as 41 unidades que melhoraram os índices no Igest, em especial a 3ª Vara de Ilhéus, a Vara de Jequié e a 1ª Vara de Salvador. Dra. Angélica também as parabenizou. A seguir, passou a palavra ao Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica, Márcio Fernando, que também parabenizou os resultados alcançados em tão pouco tempo, já que esse trabalho foi iniciado 6 meses atrás e iniciou os trabalhos apresentando os Macrodesafios e Objetivos Estratégicos do atual ciclo do Plano Estratégico que engloba o período de 2021 a 2026:

Perspectivas	Macrodesafios	Objetivos Estratégicos
Sociedade	Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
	Garantia dos direitos fundamentais	
	Promoção da sustentabilidade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade
	Garantia dos direitos fundamentais	
Processos Internos	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.	Garantir a duração razoável do processo
	Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.
	Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos.	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
	Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Fortalecer a governança e a gestão estratégica
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional
	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.	Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

Chamou a atenção para os macrodesafios que estão ligados à prestação jurisdicional:

- ✓ Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.
- ✓ Promoção da sustentabilidade.
- ✓ Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos.
- ✓ Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.
- ✓ Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.



Comitê de Gestão Estratégica e Participativa

E citou os principais painéis do BI, criados para auxiliar a gestão judiciária, a exemplo do IEcon, que foram fundamentais para a melhora sensível nos índices da 19ª edição do IGEST, nos colocando na 22ª colocação, empatados com o TRT10.

A seguir, falou sobre a forma que o CNJ e o CSJT discutem as metas a serem cumpridas para o ano seguinte, iniciando com a PIME, que é a proposta inicial de metas. Para 2023, em razão da pandemia que estamos passando, o foco foi direcionado nas metas perenes e na qualidade de vida. Essas metas foram apresentadas em consulta pública, para que todos colocassem sua opinião e discutidas pelo Subcomitê dos Tribunais de Médio Porte. Posteriormente serão discutidas pelo Comitê no Colepreecor e posteriormente, no Encontro Nacional do Poder Judiciário:

- ✓ Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente – Cláusula de barreira: Taxa de Congestionamento Líquida na fase de conhecimento do Justiça em Números, em 2023, menor que 35%. A proposta do Subcomitê de Médio Porte foi de aumentar esse percentual para 40%.
- ✓ Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021, nos 1º e 2º graus - Proposta aprovada pelo Subcomitê de Médio Porte.
- ✓ Meta 3 – Aumentar o índice de conciliação, em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual – Cláusula de barreira em 40%. Proposta aprovada pelo Subcomitê de Médio Porte.
- ✓ Meta 5 – Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022 - Cláusulas de barreira: 40%, na fase de conhecimento e 65%, na fase de execução. Márcio Fernando reforçou a necessidade de tramitar corretamente quando os processos estiverem suspensos/sobrestados ou em arquivo provisório, já que a taxa é líquida.
- ✓ Meta Específica – Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. Proposta aprovada pelo Subcomitê de Médio Porte.

Márcio Fernando encerrou sua apresentação e agradeceu o apoio e a presença de todos.//

Márcio Fernando Ribeiro da Silva
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica